

O PAPEL DO CABO VERDE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA DO ACÚCAR E NA GEOESTRATÉGIA PORTUGUESA ENTRE 1600 E 1650

ALBERTO MARTINS QUINTAS DA COSTA*

* Estudante de história da FLUC - Universidade de Coimbra. alberto_quintas@portugalmail.pt

RESUMO

Este artigo tem como objetivo definir a importância de Cabo Verde para a política geoestratégica portuguesa no Atlântico Sul e também a manutenção da mão de obra escrava à indústria açucareira no Brasil na primeira metade do século XVII.

Para isso, é necessário ter uma compreensão geral da dinâmica econômica – mundial da altura (situado, portanto, entre os séculos XVI e XVII) – e também compreender a mentalidade econômica e política portuguesa em relação ao seu império no dito período. Além disso, esse trabalho vai englobar também a questão ideológica do império e a maneira que este atuava no arquipélago de Cabo Verde.

Por fim, este artigo vai analisar o papel de Cabo Verde dentro das rotas marítimas – comerciais do império português, englobando os aspectos de carácter econômico, militar, geoestratégico, e geográfico, dando uma especial ênfase à rota comercial que ligava Cabo Verde à indústria do açúcar no Brasil,

PALAVRAS CHAVE

Ideologia, Rotas – Comerciais, Geoestratégia, Escravos, Guerra

ABSTRACT

This article aims to define the Cape Verde's importance to the geostrategic Portuguese policy at South Atlantic, and also the maintenance of slave's manpower in the Brazil's sugar industry, at the first half of the XVII century. For this, it is necessary have a general vision of the worldwide economic dynamic at that moment (accordingly, between XVI and XVII centuries), and, as well, to comprehend the portuguese economic and political mentality in their empire, at that period. Furthermore, this work also analyzes the empire's ideological question, and the way that it acted in the Cape Verde's archipelago. Lastly, this

article will look forward to understand the Cape Verde's function inside the commercial maritime routes of the Portuguese's empire, besides it analyzes the economic, military, geostrategic, and geographic aspects, especially emphasizing the commercial route that connected Cape Verde to the Brazil's sugar industry.

KEYWORDS

Ideology, commercial routes, geostrategic, slaves, war.

1.1 A ligação econômica – comercial entre o Brasil e Cabo Verde.

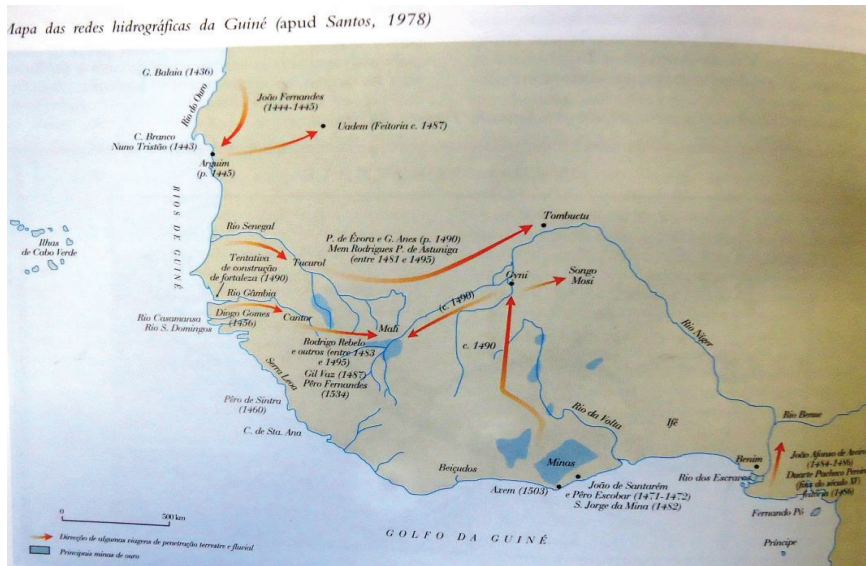
Para falarmos da ligação econômica entre essas duas áreas geográficas do império português, é necessário primeiramente compreender como essas ditas áreas estavam economicamente estruturadas, para podermos analisar com uma linha mais lógica tal ligação.

O sistema das sesmarias foi a solução que a coroa portuguesa encontrou para colonizar e ocupar aquele imenso território. Esse sistema, inclusive, já tinha sido utilizado para a ocupação das Ilhas Atlânticas, e com um relativo sucesso. Para se visualizar melhor essa questão cito:

A partir da experiência com a implantação da Lei de Sesmarias no Reino, Portugal optou por adotar aqui a mesma solução já utilizada anteriormente quando da colonização das ilhas do Atlântico no século XV, ou seja, o sistema de repartição da terra por meio das sesmarias. Por este sistema, o rei de Portugal dividiu o território brasileiro em capitânicas hereditárias e os distribuiu àqueles que demonstraram interesse em vir para esta terra, os chamados capitães donatários, os quais, por sua vez, deveriam ocupar uma parte dessas terras e dividir o restante entre os demais colonos, entregando as terras em sesmarias. O objetivo desse sistema era o desenvolvimento da produção nessa região¹.

Dado o modelo colonizador (no que diz respeito a distribuição da terra), torna-se então necessário compreender que, dada a vastidão do território brasileiro, a baixa população do reino e a necessidade constante da indústria do açúcar em mão de obra, os colonos vão ter que recorrer ao trabalho escravo para os seus respectivos engenhos. A opção pela mão de obra africana está relacionada com o fato de os africanos serem mais aptos ao trabalho no engenho do que os nativos da terra. Além disso, essa opção era lucrativa do ponto de vista mercantil, além de ser uma boa alternativa para a ocupação efetiva do território. Dados esses fatores, forma-se no Brasil uma economia açucareira assentada no latifúndio, na monocultura, e na mão de obra escrava.

Portanto, podemos dizer que a ligação econômica entre Brasil e Cabo Verde vai funcionar justamente neste sentido, ou seja, de garantir o fornecimento de escravos para a indústria açucareira do Brasil. Isso porque a economia de Cabo Verde estava interligada com a economia guineense, graças aos rios Senegal e Diogo Gomes. Tais rios saíam do interior da Guiné (aonde estavam concentrada a maioria das riquezas daquela região) e desembocavam em pleno oceano Atlântico, relativamente próximos às ilhas de Cabo Verde. Obviamente que essa condição geográfica foi crucial para o desenvolvimento econômico da ilha, pois ela vai tornar-se em um importantíssimo entreposto comercial.



Mapas das redes hidrográficas de Guiné

Sobre isso temos que:

[...] Por outras palavras, as Ilhas de Cabo - Verde ligam-se ao *arrière pays* do sertão africano através do sistema arterial dos rios da Guiné, e em si mesmas, de pouco valem quando privadas dos acessos fluviais ao comércio dos escravos, ouro, marfim, e malagueta².

Ora, são, sobretudo, os escravos resgatados de Guiné e levados a Cabo Verde que interessam ao Brasil, pois a indústria açucareira brasileira necessitava compulsivamente de escravos. Dentro desta lógica, o maior objetivo da coroa é justamente o abastecimento da mão de obra escrava ao Brasil, e para efetivá-la a coroa vai tomar medidas de caráter econômico, ideológico, e militar.

Longo, tendo já a noção fundamental de como Cabo Verde atuava na indústria açucareira, é agora importante perceber como essas duas áreas geográficas estavam conectadas geograficamente, e para tal é fundamental compreender a correnteza marítima que as conectavam. Sobre isso temos:

[...] A corrente equatorial do norte nasce na altura das ilhas de Cabo Verde e é percebida nitidamente entre 5 e 10° de latitude norte. Dirige-se para oeste, reunindo-se, ao norte da América do Sul, à corrente quente das Guianas, que provém do hemisfério sul. A corrente resultante penetra no mar das Antilhas, atravessa os estreitos existentes entre o continente e as ilhas e adquire grande velocidade.³

Logo, podemos dizer que, de fato, é possível a existência de uma ligação geográfica entre as regiões em questão graças, sobretudo, à afluência da corrente equatorial do norte, que permite uma conexão entre o arquipélago de Cabo Verde e a América do Sul.

Ora, para uma compreensão ainda mais completa e lógica desta questão, faz-se necessário citar o seguinte documento: “[...] os arrematantes levam depois os escravos a ilha de S. Tiago, aonde de contínuo chegam navios com mercadorias de diversos países e províncias, principalmente da Índia descoberta pelos espanhóis (Antilhas) [...]”⁴

O documento citado é, na verdade, o relato de um piloto português que ali descreveu ao rei de Portugal como funcionava a dinâmica marítima – comercial no golfo da Guiné. Este acabou por nos descrever de maneira clara e sucinta que, de fato, as naus carregadas de escravos saíam de diversas zonas da África (no caso específico, saíram de Etiópia), depois tais navios iam até a Ilha de Santiago e só aí os escravos seguiam rumo à América do Sul pela corrente equatorial do norte. Portanto, graças a este documento, justaposto com a questão da corrente equatorial do norte, podemos concluir que Cabo Verde era indispensável para a ligação da Euro-África às Américas e também uma peça indispensável para o funcionamento do comércio triangular (existente entre Brasil, África, e Portugal).

Há de se frisar também que, em relação à mão de obra, o escravo oriundo da região do Sudão Ocidental (o escravo sudanês), tinha uma maior procura pelos portugueses do que os escravos bantos (que são originários da região da África Equatorial e Central). Ora, para uma melhor análise deste assunto temos que:

III) *A área do gado da África Oriental* (bantu), caracterizada pela agricultura e, em sobreposição com ela, pela indústria pastoril – a tal ponto que é a posse dum rebanho rico, não a de terras extensas, que está na base do prestígio social; pelo trabalho em ferro e madeira, a poligamia, o fetichismo.

IV) *A área do Congo* (igualmente da língua bantu, embora se fale também, ibo, fanti, etc. na sua fronteira ocidental) [...]: uma economia agrícola, além da caça e da pesca; a domesticação da cabra, do porco, das galinhas e do cão; a existência de mercados em que se amontoam para venda produtos agrícolas, objectos de ferro e cabazes; a posse comum da terra; o fetichismo que se exprime de maneira interessante e artística na escultura

em madeira, ocupando os artistas um lugar de honra na comunidade.

VII) O *Sudão Ocidental*, uma outra área de interpenetração de civilizações, a negra propriamente dita e a maometana; região de grandes monarquias e reinos – Daomé, Benim, Ascanto, Haussa, Bornu, Yoruba; sociedades secretas com larga e eficiente influência na vida política; agricultura, criação de gado e comércio; trabalhos de valor artísticos, em pedra, ferro, terracota e tecelagem, fetichismo e maometanismo.⁵

E mais a frente ainda temos que:

“Vê-se por este quadro, e reportando-nos ao nosso estudo sobre os Índios, que nenhuma destas áreas de civilização africana está, pelo seu nível de cultura, em posição de inferioridade relativamente à dos indígenas do Brasil. Na realidade, as que interessam particularmente ao Brasil são as áreas IV, a VII, e mesmo III, na medida em que também existiu um tráfico em Moçambique. O que nos importa aqui é que, na civilização dos Negros do Brasil, seja no fim do século XVII seja hoje, se encontram elementos sobre essas diferentes áreas. Todos os etnólogos que se debruçam sobre o Brasil o provaram. A transmissão era tanto mais fácil quando precisamente se fazia de áreas de civilização mais avançadas para áreas de civilização menos avançadas.⁶”

Portanto, utilizando o pensamento explicitado por Frédéric Mauro podemos afirmar que:

Os negros que iam rumo ao Brasil, independentemente da região de África em que este fosse natural, tinham necessariamente um grau civilizacional superior ao do indígena brasileiro, sendo mais apto ao trabalho no engenho do açúcar (pois trata-se de um trabalho de características muito mais sedentárias, tipo este de trabalho que o indígena brasileiro não está habituado). Dessa maneira, a produtividade do escravo africano acaba por ser superior à do indígena e, portanto, mais rentável para a indústria do açúcar.

Os negros do Sudão Ocidental vão apresentar um nível civilizacional superior aos negros bantus, não só derivada da maior complexidade da sua sociedade (ela possui monarquias e reinos, sociedades secretas, uma vida política, agricultura, criação de gado, comércio. Além disso, tem fortes influências da religião maometana, do Islão. A crença em uma religião monoteísta acaba por aumentar o nível de civilidade desses povos. Por fim, esse povo falava a língua árabe). Ora, esse nível civilizacional superior vai fazer com que este tipo de escravo apresente-se como o ideal para o trabalho no engenho de açúcar, pois o quanto maior o nível

civilizacional do escravo, mais produtivo e, portanto, mais rentável é. Já os bantus, apesar de se apresentarem civilizacionalmente superiores aos indígenas brasileiros, acabavam por possuir um grau de civilidade claramente inferior ao do negro sudanês. Assim, esses escravos vão ter uma menor aceitação no mercado brasileiro. Dessa maneira, podemos dizer que o escravo sudanês é o mais apto para o trabalho nos engenhos de açúcar, tendo justamente por esta razão uma maior procura.

Ora, considerando, a posição estratégica das ilhas de Cabo Verde, considerando fundamentalmente a questão da correnteza marítima, aliada à sua proximidade com a zona da Guiné, e a conexão econômica existente entre essas duas regiões devido, sobretudo, ao fato dos rios da Guiné desembocarem numa zona muito próxima de onde se encontra localizada as ilhas de Cabo Verde, podemos dizer que essas ilhas tem um papel fulcral para o abastecimento de escravos sudaneses para o Brasil. Dada a importância que este tipo de escravo tinha para a referida indústria do açúcar, podemos dizer então que Cabo Verde era uma peça fundamental e indispensável dentro daquilo que foi o complexo histórico-geográfico do império português.

Concluo, assim, o primeiro ponto deste tema com a seguinte citação:

“Entre as primeiras mercadorias em trânsito em Santiago e Cabo Verde constam desde logo os negros. Em 1466, quatro anos depois de iniciada a ocupação, já se pode supor que fosse activo o trato de escravos africanos em que as ilhas funcionavam como escala. E assim irá permanecer.”⁷

1.2- A defesa do monopólio da mão de obra escrava e a sua importância para a indústria do açúcar no Brasil.

Ora, já foi visto no ponto anterior que a questão da mão de obra escrava tem uma importância ímpar, pois é ela que vai garantir o funcionamento da indústria açucareira no Brasil, além de impor a zona geográfica do Atlântico Sul um dinamismo econômico que acabou por se tornar essencial para o seu pleno funcionamento econômico. Portanto, a defesa deste tratar-se-á de uma questão vital para a coroa. Nesse sentido:

Intentasse alcançar permissão d’ElRey Catholico para poder leuar a Cartagena dous mil negros, pagandolhe a sinquenta patacas de direitos de cada hu, em nauios de França, Holanda, e Hamburgo. E para este effeito certa pessoa de Holanda offerece carregar os negros que se quizerem, na Costa de Guiné. \\\

Há se proposto o negócio em Madrid e se espera breue effeito delle, pella grande necessidade que há de negros em todas as Indias. Entendo que o porto donde se hãde ou podem carregar, he adonde avia hus Portuguezes rebelados, que negociavaõ con as naçois enemigas de Portugal. Podesse impedir esta execuçaõ, em cazo que

tenho effeito, com grande facilidade, porque os navios que forem cargar, não hande se ser navios de forsa.⁸

O documento trata fundamentalmente do carregamento, e do transporte de escravos resgatados na costa da Guiné, por navios de nações estrangeiras e que tinham como destino as Índias Ocidentais (Cartagena). O documento acaba por levantar dois problemas. O primeiro problema era as negociações que se faziam com os inimigos de Portugal, que acabava por ser altamente prejudicial à coroa portuguesa, pois quebrava a lógica ideológica - geoestratégica - que garantia à Portugal o monopólio dos direitos dos escravos. É na quebra desse monopólio que nos aparece o outro problema. Ele afeta directamente as rotas no Atlântico sul português, que dependem substancialmente do tráfico negreiro e, principalmente, esse comércio de escravos com nações estrangeiras comprometem gravemente o abastecimento de mão de obra escrava para a indústria do açúcar no Brasil, o que prejudica de maneira fatal toda a lógica geoestratégica portuguesa no Atlântico, sem falar no prejuízo econômico. E levando em consideração que na altura que o documento foi escrito (1644) as grandes praças africanas que forneciam escravos para o império portugueses encontravam-se ocupadas pelos holandeses, a questão do abastecimento de mão de obra torna-se mais crucial. Ainda sobre esta questão, uma carta do próprio rei Dom João IV, que diz o seguinte:

[...] . Espero auiso uosso sobre se alcançastes, quais são as pessoas, por cuja ordem se procura licença de ElRey de Castella, para se meterem em Cartagena dous mil negros da Costa de Guiné, e entretanto se proueo com o remédio, que hoje podem ter as couzas, reforçando o poder em Cacheu, e fazendo auisos a Cabo Verde, e mais fortalesas e pouações daquele destrito.» E para além deste, temos a resposta que o rei envia ao seu embaixador, aonde o mesmo diz que: «[...] Por algumas uezes tenho mandado lembrar os grandes danos e prejuizos, que de as nações estrangeiras passarem ás Conquistas Ultimarinhas, rezultauão a meus Reynos e vassalos⁹

O rei, nesses documentos, é claro em relação ao resgate de escravos por parte de nações estrangeiras nas costas da Guiné. Para D. João IV, tais resgates são prejudiciais para o seu reino e vassalos, distribui ordens claras para se combater esses tipos de resgates e executa medidas nesse sentido (mandando não só avisos, como também reforçando a defesa daquela região, por exemplo, ao mandar construir fortalezas em Cabo Verde.)

Portanto, o rei, ao deixar bem claro o aspecto negativo do resgate de escravos por nações estrangeiras, e por combater ativamente este, acaba por reforçar as ideias já trabalhadas, além de reforçar o carácter mercantil da economia portuguesa (pois o documento nos mostra um claro exemplo daquilo que podemos entender por protecionismo econômico).

[...]Vendo o que me representastes, aserca de poderem yr das Ilhas de Canarias, e outros portos de Castella, nauios cõ mercadorias fazer resgate de negros aos Rios

de Guiné pera leuar a Indias, aos quais não se dando entrada em Cacheu hiriaõ liuemente fazella nos Rios de Gambea sem se lhe impedir, nem o comércio, chamando juntamente a assy todas as feiras de negros que hiaõ a Cacheu, o que era em perda da minha fazenda e dano dos moradores daquela praça e a que seria conuiniente eu dar entrada aos ditos navios por iuitar o dano referido, ou inuiarseuos duas fragatas de guerra, pera lhe poderdes impedir[...]¹⁰

Na questão econômica, temos outro exemplo do protecionismo econômico régio, na medida que o rei tenta impedir o resgate de escravos por nações estrangeiras. E o rei tinha motivos para querer impedir essa fuga de escravos em Cabo Verde. Ela prejudicava diretamente toda a estrutura econômica do império (como já foi analisado anteriormente), e por tal razão o rei acaba por intervir diretamente nessa questão. E a preocupação em impedir as nações estrangeiras de efetuarem esses resgates são tão sérios que o rei envia navios e fragatas de guerra para os impedir. Isso mostra claramente a geoestratégia portuguesa nesta parte específica do Império (Cabo Verde).

Fica claro nesse caso que o rei utiliza-se da força militar para garantir o monopólio do resgate de escravos em Guiné e em Cabo Verde. Tudo isso para garantir a lógica econômica que já aqui foi explorada. Por fim, vale ressaltar que esse documento acaba por ressaltar a importância que o escravo tinha para o funcionamento não apenas da indústria do açúcar no Brasil, mas para toda a estrutura econômica imperial portuguesa no Atlântico, pois se assim não o fosse, o rei pouparia esses esforços econômicos e militares para outras áreas (considerando que o Reino está em plena guerra de independência com a Espanha). Ainda sobre isso temos que:

Ev ElRey faço saber aos que este Aluará virem, que tendo respeito á conueniencia que resulta aos vassallos deste Reino, principalmente aos moradores de Cacheo, dilatarse a nauegação em orde[m] ao augmento do comércio, e por folgar de lhes fazer mercê, hej por bem de lha fazer de licença para que possã mandar seus escrauos ás Jndias de Castella, entendendosse o mesmo nos que se enviarem de Cabo Verde a Angola, São Thomé, e mais conquistas do Reino, cõ declaração que as finanças se naõ daraõ nunca em Cacheo, senaõ no Reino ou em Cabo Verde, como sempre foi costuma¹¹.

O Rei de Portugal, ao dar licença para os moradores de Cacheu e de Cabo Verde para venderem seus escravos para as Índias de Castela, pode aparentemente quebrar a lógica política e econômica definida até então neste artigo. Mas há de se considerar primeiramente que os navios espanhóis não iam a Cacheu e a Cabo Verde resgatar escravos, mas sim estes escravos eram vendidos pelos portugueses (no caso, os moradores de Cacheu e Cabo Verde) às Índias Castelhanas. Desse modo, sobre o comércio pode se dizer que o monopólio da venda de escravos ainda está na mão dos portugueses. O que temos que perceber é que esta liberdade comercial vai gerar uma quebra no abastecimento de mão de obra escrava para a indústria açucareira do Brasil.

Ora, com essa quebra no abastecimento, Portugal acaba não só por enfraquecer o seu próprio império, mas acabava também por fortalecer a economia espanhola. Levando em consideração a conjuntura política portuguesa (em 1647 estamos em plena guerra de restauração, cujo principal inimigo é a própria Espanha), podemos levantar a hipótese que este comércio era prejudicial ao reino de Portugal e à manutenção do seu império. Assim sendo, porque o rei autoriza este comércio? Para responder a essa indagação temos que levar em conta dois fatores essenciais. O primeiro é que, devido a guerra de restauração, o reino procurava obter rapidamente fontes monetárias para conseguir sustentar a guerra. Mas esse fator, apesar de ser coerente e lógico, acaba também por apresentar suas lacunas (pois como já afirmei anteriormente, apesar do reino conseguir esses rendimentos, que eram convertidos para a guerra, este comércio de escravos simultaneamente enfraquecia o reino de Portugal e o seu império, e fortalecia justamente o seu principal inimigo daquela altura). Assim sendo, para que tenhamos uma visão totalmente ampla e completa dessa questão, temos que compreender o segundo fator, que trata-se, portanto, da lógica do sistema mundo daquela altura, e de que forma esta atuava dentro do complexo histórico-geográfico português.

A ideia fundamental do sistema mundo teorizada por Wallerstein, incorpora a ideia de que a economia mundial é de tal maneira complexa e funciona em uma velocidade de tal modo que acaba por possuir um dinamismo próprio, funcionando segundo a sua própria lógica, independentemente das vontades dos estados nacionais. Assim, torna-se impossível para estes mesmos estados nacionais controlarem a economia na sua totalidade. Logo, a **interferência do estado na economia** nunca é integral, muito ao contrário, ela é totalmente parcial, e na maioria dos casos os estados nacionais apenas conseguem interferir em um ponto isolado da economia, sem, contudo, interferir naquilo que é dinamismo próprio dos sistemas mundo.

Assim sendo, o rei não rompe com a lógica mercantilista, tampouco rompe com a lógica econômica do complexo histórico-geográfico português. A lógica mercantilista, no que diz respeito à intervenção do estado na economia, nunca funcionava de uma maneira completamente linear, pois ela não pode contrariar a dinâmica própria do sistema mundo.

Logo, o caráter dinâmico e autônomo do sistema mundo acaba por ser um fator mais relevante e decisivo nas questões do comércio internacional, do que propriamente os interesses mais particulares dos Estados. Isso porque a lógica ditada pelo sistema mundo é sempre aquela que vai prevalecer. Logo, a compreensão do contexto político português, juntamente com esta compressão da lógica do sistema mundo, acaba por nos fornecer de maneira mais segura as razões pela qual os moradores de Cacheu e Cabo Verde obtiveram o direito de vender escravos para as Índias de Castela. Para dar maior validade a esta ideia, cito o seguinte documento:

Ev ElRey faço saber aos que este Aluara uirem, que tendo respeito á conuencia que resulta aos Vassallos deste reino, principalmente aos moradores da pouação de Cacheu, dilatarse a nauegação en orde ao argumento do comércio , e por folgar de lhes fazer mercê, Hey por

bem de lha fazer de licença para que possam mandar seus escauos a Indias de Castella, entendendose o mesmo nos que se enuiarê de Cabo Uerde, Angolla, Santomé e mais Conquistas do Reuino[...]¹²

Este documento acaba, assim, por reafirmar tudo aquilo que foi explicitado na análise do documento anterior, e reforça as ideias que foram trabalhadas.

Para finalizar esta primeira parte, apresento a seguinte citação:

Desde o início do povoamento das ilhas até o século XVI, Santiago foi a «feitoria portuguesa da Guiné», a qual em vez de ter sido instalada em terras africanas foi-o numa ilha fronteiria. Santiago era o ponto de partida para o comércio com a Costa, porto de chegada de mercadorias africanas, porto de partida destas para o Europa e mais tarde para a América.¹³

1.3- A importância dos jesuítas para a manutenção da lógica econômica – ideológica do império português.

A importância dos jesuítas para a manutenção da lógica econômica e ideológica do império é muito importante. Para percebermos tal importância, cito:

Podem referir-se várias razões para explicar porque é que os jesuítas vieram a parecer a ordem religiosa com a actividade missionaria mais bem-sucedida do Império Português. Esse «sucesso» deveu-se a uma combinação eficaz de instrumentos organizacionais, pragmatismo político e independência económica.

Em termos de organização, os jesuítas preenchiam, como nenhuma outra ordem religiosa, os requisitos necessários para uma actividade missionária de sucesso. Ao contrário do restante clero regular, podiam utilizar livremente o seu tempo: não estavam limitados pelas exigências do claustro e não necessitavam de cumprir as horas canónicas. Como soldados de Cristo, eram treinados para obedecer as ordens sem questionar. Além disso, a abundante rede de colégios e residências jesuítas, em Portugal e no ultramar, garantia que cada missionário recebia uma formação doutrinal e teológica adequada. Acresce que os jesuítas faziam tudo ao seu alcance para adquirirem as ferramentas necessárias para a conversão das populações. A utilização inicial de intérpretes não tardou a ser substituída pela aprendizagem das línguas locais, e os jesuítas até adoptaram no Brasil uma língua geral para a doutrinação dos índios. Em Goa, em Macau, e no Japão, os quartéis-generais jesuítas eram equipados com imprensas para a publicação de livros, em português ou nas línguas locais, o que os auxiliariam na sua obra doutrinária. As outras ordens

religiosas seguiram eventualmente estas estratégias, mas nunca em simultâneo nem na mesma escala [...]

Pregavam nas igrejas, eram confessores dos poderosos, administravam a extrema-unção aos moribundos e cuidavam dos doentes e dos feridos a bordo dos navios, nos hospitais e nas suas casas. Em suma, faziam tudo o que lhes desse destaque a nível local, assumindo inclusivamente tarefas para as quais a ordem não estava vocacionada, como a responsabilidade pelas paróquias, a nomeação dos bispados ou a administração dos hospitais. O mais célebre hospital administrado pelos jesuítas foi o hospital Real de Goa, sob sua gestão desde 1591, mas na Índia também se especializariam em hospitais para os recém-convertidos. Com poucas exceções, entre as quais a controvérsia sobre a escravidão dos nativos brasileiros, os jesuítas nunca tomaram oficialmente posição contra as instituições reais e coloniais. Apresentaram-se sempre como servos fiéis do rei, ainda que, na prática, tenham garantido o controlo efectivo de algumas zonas da obra missionária.¹⁴

Portanto, a lógica missionário praticada pelos jesuítas está diretamente relacionada com a ideologia de sustentação do poder régio e afirmação da autoridade da coroa. Quanto a isto temos que:

Importará do sumariamente memorado tirar algumas ilações pertinentes para entender, na conjugação do mesmo desiderato de construção sócio-política, ideológica, cultural e religiosa de um estado cristão de modelo europeu nos espaços equatoriais zaienses, como mais tarde em terra brasileira. Com efeito, a pedagogia utilizada pelos portugueses levou a aceitação das hierarquias da nobreza lusa, pois os próceres congolezes passaram a intitular-se barões, condes, duques e marqueses. De notar, ainda, que, na sacralização do poder real, há um paralelismo – acentuado intencionalmente pelas fontes cronísticas, por exemplo João de Barros, em claro propósito ideológico – ,a recordar-nos o halo místico que envolve a fundação do reino luso por meio de célebre “milagre” de Ourique: a protecção providencial, chancela dada pela vontade divina que passaria a perpetuar-se no estandarte régio¹⁵.

Ora, a partir destes dois pequenos trechos percebe-se claramente que os jesuítas são um dos principais responsáveis na manutenção da lógica ideológica de todo império português, pois o jesuíta é o principal instrumento que a coroa tem a sua disposição para a efetuação da política proselitista. E esta política proselitista é fundamental porque é ela que vai manter o império politicamente coeso (como ficou demonstrado no segundo trecho, aonde o autor demonstra a relação ideológica entre a religião e o poder monárquico) e esta coesão política é vital para o pleno funcionamento da lógica econômi-

ca do império português. Para analisar essa questão de maneira mais pormenorizada, temos os seguintes documentos:

Mandamos, que qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja, que escravos de Guiné tiver, os faça baptizar, fazer Christaõs, do dia, que a seu poder vierem até seis mezes, sob pena de os perder para quem demandar. E se alguns dos ditos escravos que passe da idade de dez annos, se não quizer tornar Christaõ, sendo por seu senhor requerido, faça-o seu senhor saber ao Prior e Cura amoestado e requerido por seu senhor, perante testemunhas, não quizer ser baptizado, naõ incorrerá o senhor em a dita pena.¹⁶

O documento, inclusive, nos diz que com o batismo, os negros que saem dos portos de Cacheu ficam devidamente registrados, o que será de grande proveito não só à fazenda real, mas também à prosperidade do arquipélago.

Para além deste documento, ainda temos os seguintes documentos:

Reuerendo Bispo Inquisidor Geral amigo. Eu El-Rey uos emuio muito saudar. Mando ordenar agora, que para se fazerem deuidamente os baptismos dos negros adultos, que se tiraõ da costa de Guiné, e mais conquistas desse Reino, e cessar o scrupulo de como nelles se procede, se ordene no porto de Cacheyu, a donde de ordinário concorrem mais quantidade de negros, e mais navios para os trazer, hua residencia de Relegiosos da Companhia, que se occupem particularmente em negocio de tanta consideração¹⁷.

[...] se procure logo effectuar o que toca a residencia dos Relegiosos da Companhia em Cacheo, e que em todos os nauios em que se nauegarem pessos, vão (sendo possível) Clerigos que se ocupem na doutrina e beneficio das almas daquella gente e dos mais passageiros¹⁸.

Estes documentos são cruciais para se perceber a importância que os jesuítas tinham dentro da lógica ideológica do império. Primeiramente, vale ressaltar que batismo dos escravos e dos filhos que as escravas possam ter está relacionado ao direito que a coroa portuguesa tem sobre esses escravos. Logo, o batismo dos escravos acaba por ser um dos principais sustentáculos ideológico da coroa portuguesa no que diz respeito a manutenção do monopólio da mão de obra escrava. As punições relacionadas aqueles que não se batizam e toda a preocupação régia que os documentos apresentam, no sentido de garantir que o escravo seja de fato batizado e que a ele lhe seja transmitido o evangelho, vão de encontro com esta lógica.

O documento deixa claro a intenção do rei de impedir o resgate dos escravos por parte de nações estrangeiras, pois o escravo é um elemento indispensável para o pleno funcionamento do engenho de açúcar. Logo, o documento demonstra em que medida a questão ideológica atua no plano

econômico. Logo, a coroa vai utilizar os serviços dos jesuítas para garantir e a viabilizar as suas estratégias políticas e econômicas.

Logo, a ação dos missionários jesuítas é de fundamental importância para viabilizar o abastecimento de mão de obra escrava para a indústria açucareira do Brasil, pois a conversão dos negros garante não só o monopólio da mão de obra destes negros, como garante também à coroa portuguesa a posse daquelas terras. É por essa razão que o rei tem uma preocupação especial com os jesuítas no que diz respeito ao trabalho de missionação, propagação da fé cristã, pregação do evangelho e, sobretudo, ao batismo dos negros. Assim, a conversão das almas e a difusão do evangelho funciona aqui como um instrumento político e ideológico do império, e que vai ser aplicada em Cabo Verde, para assegurar a lógica econômica do espaço histórico-geográfico português. Sem ela, toda estrutura econômica imperial portuguesa ficaria seriamente comprometida, pois ela estaria ausente de uma vertente ideológica que a mantivesse coesa.

Dessa forma, o papel do jesuíta era indispensável para a existência de uma ligação econômica entre o Brasil e Cabo Verde, pois é a atuação do jesuíta no campo ideológico que vai assegurar o funcionamento da lógica econômica estipulada pela coroa. A ação missionária, então, mantém coesos esses dois espaços economicamente e ideologicamente.

Para concluir esse ponto, a missionação vai preocupar-se com a conversão das almas e esta vai funcionar essencialmente através do batismo, para que, desta forma, encontrem-se asseguradas as condições ideológicas e políticas necessárias para a coesão do império colonial, para a garantia do monopólio da mão de obra escrava e para o pleno funcionamento econômico do império. É sob essa lógica ideológica, política e religiosa, que existiu e funcionou esta ligação econômica e comercial entre o Brasil e Cabo Verde.

2. A IMPORTÂNCIA DE CABO VERDE PARA A GEOESTRATÉGIA PORTUGUESA NO ATLÂNTICO SUL:

2.1- As principais rotas marítimas – comerciais que passavam por Cabo Verde antes do advento da indústria do açúcar.

Neste ponto pretendo analisar como as ilhas de Cabo Verde atuavam dentro das rotas marítimas. Pois é fundamental perceber como essas rotas atuavam em Cabo Verde para se compreender o valor geoestratégico destas ilhas. Localizadas próximo da costa da Guiné, e praticamente a meio caminho do nordeste brasileiro e do Cabo da Boa Esperança, essas ilhas vão acabar por desempenhar um papel fulcral para o funcionamento das rotas marítimas - comerciais portuguesas- pois será um ponto de paragem, de certo modo obrigatório, não só para o comércio esclavagista, mas também para a armada portuguesa que tinha como destino final alcançar a Índia. Para analisar esta questão de maneira mais pormenorizada temos que:

Item. E porquanto levaes daqui toda a augoa, que parece que devês levar para se poder escusar a tomardes tam çedo em outra parte, avemos por bem, que, tamto que, com ajuda de Nosso Senhor daqui fazerdes vella pera seguir vossa viagem, mamdês fazer o caminho da jlha de Cabo Verde pera de tomardes vosa rota, e, se quamdo hy chegardes, vos achasses necessydade de tomardes hy outra, ffares loguo vosso caminho com conselho dos pilotos segundo voz melhor parecer, e que por onde mais poderdes ganhar pera dobrardes o cabo da Boa Esperança¹⁹.

Esta aqui explicita a ideia de que Cabo Verde, funcionava no sentido da manutenção e do abastecimento da armada, para que esta seguisse sua rota. Temos que tomar atenção a esta questão, pois ela é de primeira importância. Isso porque a viagem a Índia demorava a volta de oito meses, assim, era fundamental que a armada se reabastecesse para que a viagem tivesse sucesso. Quanto a rota em si, ela é indicada no documento no sentido de dobrar o Cabo da Boa Esperança, ou seja, ela está focada no comércio com a Índia (logo, a armada seguia o cabo da rota). E podemos concluir isso não apenas pela indicação da rota marítima - comercial (pois ao cruzar o Cabo da Boa Esperança, o objetivo da armada é atingir a Índia)- mas fundamentalmente pela data em que o documento é escrito (no ano de 1507). Ora, nesta data, o Brasil, em comparação com a Índia, tinha pouquíssima relevância econômica para o império, pois ainda não havia desenvolvido-se no Brasil a indústria do açúcar. Logo, as grandes rotas econômicas no Atlântico Sul ainda não estavam plenamente desenvolvidas (o que só vai acontecer com o advento da indústria açucareira no Brasil) e nesta zona do império apenas a feitoria da Mina e o resgate de escravos na Guiné tinham alguma relevância econômica para o império em comparação com a lucrativa carreira na Índia. Consequência disso, podemos perceber que nesta fase Cabo Verde funciona como um entreposto comercial e de abastecimento para o armada, que tem como objetivo principal atingir a Índia. Assim, a ausência de um complexo econômico bem desenvolvido naquela região, em contraste com a importância da Índia naquela altura, justifica a função de Cabo Verde apenas como um entreposto para o reabastecimento da armada, que seguia caminho a Índia.

A geoestratégia de Cabo Verde está, neste período, em uma fase aonde se encontra inserida na rota marítima - comercial da Índia- a sua importância nesta fase deriva do apoio que estas ilhas oferecem à armada, sendo um ponto estratégico fundamental para a armada, que se desloca até a Índia.

Para analisarmos melhor essa fonte, e toda a questão que ela engloba, utilizo-me do seguinte enxerto:

[...] e pera os naujos que vã do Brasyll e da Mjna e todas partes de Gujné, que quamdo aquj chegam perdjdos e sem mâtjmeto e gemte aquj sam remedeados e proujdos

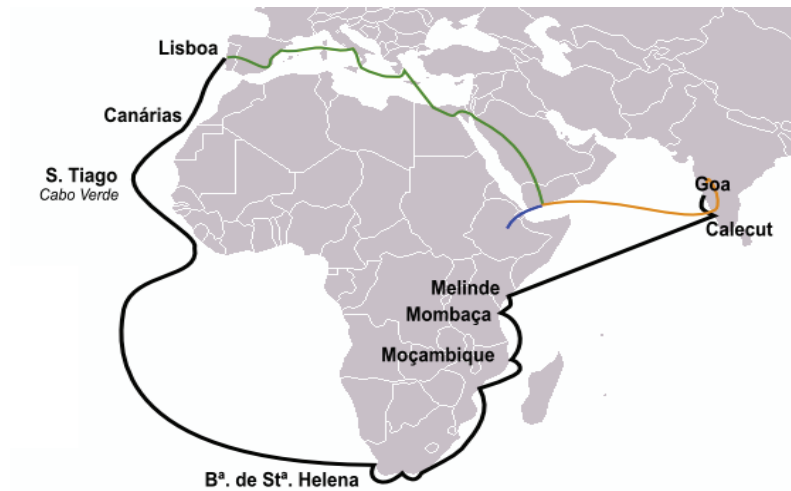
de todo o que lhe faz mester, como aqueces [a] Afonso dAlbuquerque, que ujnha da Jndia em a não Samtiago e asy [a] Aluaro Bar[r]eto, que veo em a não Santa Marta, que aquj chegaram perdidos e foram proujdos de todo o que lhe foy neçesaryo [...].²⁰

Ora, este documento demonstra de forma clara a importância de Cabo Verde para a navegação portuguesa não só no que toca ao Atlântico Sul, mas também como uma paragem importante para a armada que rumava em direcção a Índia e acaba por fundamentar a ideia de que ela era uma peça indispensável para a navegação portuguesa nas rotas marítimas. Quanto a isto, cito:

Assim, a apropriação e ocupação do espaço insular cabo-verdiano que, de alguma forma, poderíamos caracterizar como umas ‘Canárias portuguesas’, no quadro para o avanço do Atlântico Sul, deve-se sobretudo à sua função de escala estratégica tanto nas viagens de ida para as regiões austrais africanas, como no apoio prestado à chamada ‘volta da Guiné e da Mina’ a partir do último quartel do século XV. Este valor, aliais, será reforçado após a viagem de Vasco da Gama, pois na fase inicial da rota do Cabo a ilha de Santiago é frequentemente escalada, em ambos os sentidos, pelas armadas da Índia que aí faziam refresco e reparações necessárias (Mota, 1968): a ida, porque, como diz Duarte Pacheco Pereira no final do seu périplo náutico – literário pela costa ocidental africana, ‘além do caminho que ao longo da terra escrevemos [...] costumamos fazer outra via para a Índia, partindo do Cabo Verde pelo golfo, por onde encurta mais a viagem e nos fica em mor proveito’; no regresso, porque, ‘entrada a armada (da Índia) no Atlântico, vai em quase em linha recta, escalando ou não a ilha de Santa Helena, no arquipélago cabo – verdiano, e aqui apanha a volta da Guiné e da Mina, em arco pelos Açores, para inflectir para leste até Lisboa’ (Godinho, 1981-1983: IV, 215). À entrada do hemisfério austral, as ilhas de Cabo Verde ocupam uma posição nodal na intersecção das duas elipses eólicas do mar Oceano (a do Atlântico Sul e a chamada rota do Colombo), que consagra a importância estratégica do arquipélago nas rotas transatlânticas e intercontinentais que, entre a Europa, a África, a Ásia, e a América, foram a tessitura do império português.²¹

Desse modo, a partir daqui podemos afirmar com segurança que Cabo Verde possuía um valor incalculável para o funcionamento pleno não só das principais rotas do Atlântico Sul, mas também era um ponto fundamental para o caminho marítimo para Índia. Podemos afirmar, assim, que as ilhas de Cabo Verde encontram-se diretamente interligadas com todo o complexo histórico-geográfico português, na medida que seu papel estratégico vai interferir determinadamente nas economias do Brasil, da África e da Índia

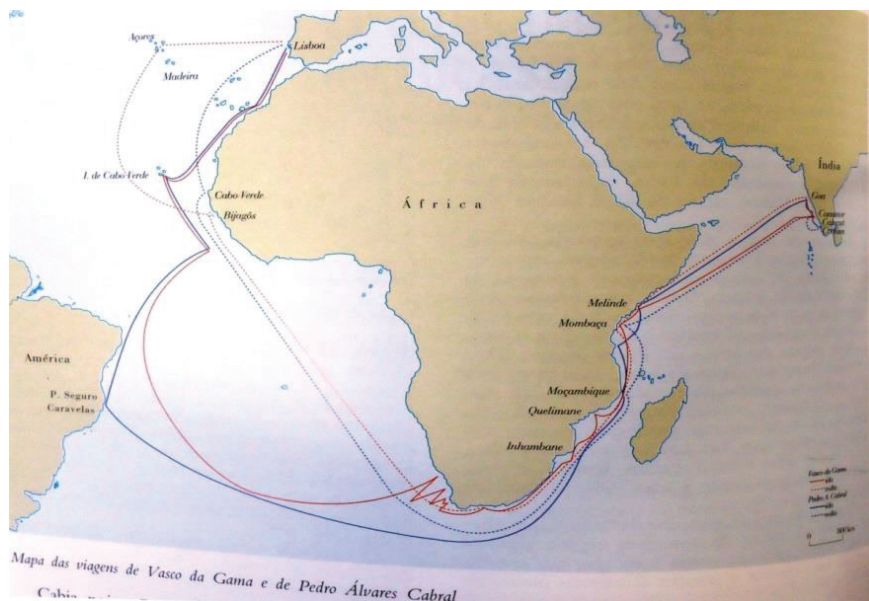
portuguesa. Analisando a rota do Cabo no mapa, este papel geoestratégico nos parece mais claro:



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caminho_maritimo_para_a_India.png
consultado em 2011.11.28

Como podemos ver no mapa, Cabo Verde era um entreposto fundamental para que a armada chegasse a Índia e a própria armada encontrava-se dependente dessas ilhas, neste sentido.

Analisando ainda, um outro mapa, podemos tirar novas conclusões acerca da inserção de Cabo Verde nas rotas marítimas portuguesas:



Com este mapa²², podemos ter uma visão mais ampla das rotas marítimas que passavam por Cabo Verde. O mapa nos mostra as viagens de Pedro Álvares Cabral e de Vasco da Gama. Ambas as viagens passaram pelas ilhas de Cabo Verde. Vasco da Gama seguiu a rota que ficou conhecida como rota

do Cabo, enquanto Pedro Álvares Cabral desviou a sua armada para o Brasil, a partir de Cabo Verde e dali seguiu viagem à Índia. Destarte, podemos afirmar que Cabo Verde era ponto de paragem para quem seguia viagem tanto ao Brasil, como a Índia.

2.2- A defesa do arquipélago de Cabo Verde para a manutenção da política geoestratégica e militar portuguesa no Atlântico Sul.

Cabo Verde era uma peça fundamental para a manutenção da política geoestratégica e militar portuguesa no atlântico sul. Isso por duas razões fundamentais: a primeira, devido ao posicionamento estratégico do arquipélago; e o segundo pela estratégia assumida pela coroa portuguesa em relação ao atlântico sul, de caráter defensivo. Sobre isso temos que:

[...]Assim, encontrando-se as coroas unidas e sob ameaças comuns, não é de admirar que, neste período, a doutrina naval da Coroa de Portugal se encontre intrinsecamente ligada à de Castela, influenciando esta não só as estratégias militares e navais seguidas mas também, eventualmente, os tipos de navios de guerra utilizados nas acções do Atlântico.

Dividindo-se as estratégias navais em operações ofensivas, com acções dirigidas contra os territórios inimigos e as suas linhas de navegação, e as defensivas, com a protecção dos territórios e linhas de comunicação, a coroa lusitana acabou por ser forçada a utilizar ambas. No Atlântico, a Coroa de Portugal utilizava uma estratégia defensiva pois, não só tinha de proteger as suas conquistas atlânticas, como também as rotas dessas conquistas até ao Portugal continental, bem como as rotas das conquistas do Oriente²³.

Fica claro que a geoestratégia adotada no Atlântico Sul tem um caráter, sobretudo, defensivo, o que é completamente natural, pois, dada as dimensões do império português, e dada a escassa população do reino, além do fato de Portugal ter uma capacidade de produção naval visivelmente inferior a de países como a Holanda, a Inglaterra, ou a própria Espanha. Por tal cenário, a estratégia defensiva era a mais apropriada.

Para compreendermos melhor essa questão da geoestratégia cito:

Contudo, os vários pontos de apoio naval que a Coroa de Portugal possuía no meio do Atlântico – os Açores, a Madeira e até Cabo Verde – permitiram que a estratégia naval da Coroa lusitana tivesse especificidades próprias, para além de permitir frustrar a maioria das acções dos corsários que actuavam nessa zona. Importa referir que, apesar desses pontos de apoio naval apenas disponibilizarem reduzidas capacidades de apoio às armadas, tinham o suficiente para permitir prolongar os

períodos de permanência das armadas de protecção em operações defensivas no mar²⁴.

Ora, fica claro que as ilhas atlânticas, dentro desta lógica geoestratégica, tem um papel indispensável, pois sem o apoio dessas, as armadas ficariam impossibilitadas de receber apoio, mantimentos e reparos. São as ilhas atlânticas que cumprem esse papel, fazendo com que a lógica defensiva adotada pela coroa pudesse ser posta em prática. Nesse sentido, Cabo Verde tem um papel fundamental, primeiro devido a sua proximidade com a zona da Guiné e da Mina; e segundo pelo posicionamento que as ilhas possuem no Atlântico. Tais fatores fazem com que a coroa e seus agentes tenham um cuidado especial no que diz respeito a defesa do arquipélago, pois caso este fosse conquistado, toda a lógica militar adotada em relação ao atlântico sul seria gravemente prejudicada.

Quanto a isto, temos que:

[...] E com efeito fasendo na uilla da Praya hum forte na ponta à entrada do porto della para sua defenção, deuo em tudo como leal vassalo seruiue a V. Magestade, de nouo me encarrega V. Magestade, assista as fortificações da dita Villa que atualmente estou trabalhando, e tenho feito um serco de muro que vem acabar à porta e a entrada della, com hum reduto de três pessos de artilharia e casas para monições, e prezidio que hé o mais importante[...].²⁵

Para além deste documento, temos outro que nos diz o seguinte:

Manuel Paes de Aragão, Ouidor das ilhas de Caboverde, escreue a V. Magestade em carta de 16 de março próximo passado, que foi auiso aquella Ilha de Sanctiago, do Capitam da praça de Cacheu, em 15 de março, em que pede socorro de cincoenta homens sustentados por quatro mezes, enquanto não chega nenhum socorro, que já tinha mandado pedir a Vossa Magestade, por diser estauã ddous nauios Castelhanos nos Rios de Gambia²⁶[...]

Esses documentos deixam evidentes que a defesa do arquipélago de Cabo Verde era essencial e que o reino deveria realizar todo tipo de esforço para manter aquele domínio sob a esfera portuguesa, afastando definitivamente daquela zona os inimigos da Coroa. Os motivos pelos quais a defesa daquela região era tão importante. Porém, é importante indicar a presença de naus castelhanas que ameaçavam o arquipélago e podemos facilmente chegar a conclusão que os espanhóis, ao deslocarem navios de guerra naquela região, tinham o claro intuito de quebrar não só a lógica econômica do império, na medida que ameaçavam o abastecimento de escravos para o Brasil e pleno funcionamento das rotas econômicas, mas também buscavam fragilizar a geoestratégia militar portuguesa no atlântico. Por isso que existiam tantos pedidos de natureza militar ao rei.

Logo, manter aquele arquipélago era de suma importância para o funcionamento pleno do império, e estes documentos acabam por deixar essa questão clara.

CONCLUSÃO

Após realizar este trabalho, a conclusão mais sintética e ao mesmo tempo mais abrangente que chego é que o arquipélago de Cabo Verde é uma verdadeira **jóia** para a coroa portuguesa.

Apresento tal afirmação pelos seguintes motivos:

1. Cabo Verde foi fundamental para a manutenção e desenvolvimento da rota do Cabo. Sem o apoio daquele arquipélago, a travessia do Cabo da Boa Esperança e a chegada dos portugueses à Índia ou se daria em condições muito mais adversas, ou sequer seria possível. Assim sendo, ela foi fundamental para a expansão portuguesa no Índico.

2. Cabo Verde serviu como base para que os portugueses pudessem explorar o interior da Guiné e escoar as suas riquezas para o arquipélago. Foi, então, em Cabo Verde que os portugueses encontraram uma posição segura para explorar o interior da Guiné.

3. O arquipélago foi muito importante para a existência e manutenção da economia açucareira no Brasil, servindo essa região, sobretudo, de mão de obra oriunda da Guiné. Além disso, Cabo Verde serviu escravos para outros impérios dinamizando não só a economia portuguesa, como também o sistema mundo.

4. Tal região também era indispensável para a concretização da geoestratégia portuguesa no atlântico sul, pois a posse do arquipélago garantia à coroa portuguesa a manutenção de uma geoestratégia defensiva no atlântico, de maneira a preservar os vastos domínios territoriais portugueses e também de maneira a salvaguardar as rotas comerciais.

5. Cabo Verde era um dos principais locais para onde se dirigia a missão portuguesa, e já vimos como ela é importante para manter a lógica territorial, econômica, e ideológica do império.

É pela conjugação de todos esses motivos que considero que Cabo Verde era uma jóia para a coroa portuguesa. Por fim, concluo que a análise do funcionamento deste arquipélago, é imprescindível para percebermos as razões pela qual a Coroa portuguesa mantinha sob o seu domínio uma série de ilhas, arquipélagos, e feitorias, e como eles funcionavam dentro da lógica imperial portuguesa. E quanto a isto, é inegável que Cabo Verde acaba por nos fornecer elementos fundamentais para uma completa compreensão daquilo que foi a inserção e o funcionamento das ilhas atlânticas dentro do império ultramarino português.

NOTAS

- ¹ PIRES PEREIRA, Luciene Maria - Portugal e Brasil: um estudo comparado acerca da distribuição de terras - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCL UNESP/Campus de Assis-SP
- ² BETHENCOURT, Francisco e KIRTH, Chaudhuri - *História da Expansão Portuguesa - Volume I* - Página 157
- ³ <http://emdív.com.br/pt/mundo/asmaravilhas/994-as-correntes-maritimas.html>, consultado em 2010.11.20
- ⁴ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana - Volume IV* - Documento 141
- ⁵ MAURO, Frédéric - *Portugal, o Brasil e o Atlântico - 1570-1670 - Volume I* - Página 210
- ⁶ MAURO, Frédéric - *Portugal, o Brasil e o Atlântico - 1570-1670 - Volume I* - Página 211
- ⁷ BETHENCOURT, Francisco e KIRTH, Chaudhuri - *História da Expansão Portuguesa - Volume I* - Página 313
- ⁸ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionaria Africana - Volume V* - Documento 124
- ⁹ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana - Volume V* - Páginas 362 e 363
- ¹⁰ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana - Volume V* - Documento 170
- ¹¹ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionaria Africana - Volume V* - Documento 185
- ¹² BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionaria Africana - Volume V* - Documento 186
- ¹³ SANTOS, Maria Emília Madeira - *História Geral de Cabo Verde - Volume I* - Página 237
- ¹⁴ BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada - *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 - 1800*, páginas 273 e 274
- ¹⁵ MARQUES, João Francisco - *Descobrimientos, Expansão, e Identidade Nacional - A religião na expansão portuguesa* - Página 137
- ¹⁶ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana - Volume V* - Documento 123
- ¹⁷ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana - Volume V* - Documento 186
- ¹⁸ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionaria Africana - Volume V* - Documento 3
- ¹⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira Santos - *História Geral de Cabo Verde - Volume II - Corpo Documental* - Documento 63
- ²⁰ SANTOS, Maria Emília Madeira Santos - *História Geral de Cabo Verde - Volume II - Corpo Documental* - Documento 77
- ²¹ BETHENCOURT, Francisco e KIRTH, Chaudhur - *História da Expansão Portuguesa - Volume I* - Páginas 157 e 158
- ²² BETHENCOURT, Francisco e KIRTH, Chaudhur. *História da Expansão Portuguesa*. v. I - p. 194
- ²³ SALGADA, Augusto António Alves - *Portugal e o Atlântico Organização militar e acções navais durante o período Filipino* - p. 20
- ²⁴ SALGADA, Augusto António Alves - *Portugal e o Atlântico Organização militar e acções navais durante o período Filipino* - Página 22
- ²⁵ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionária Africana - Volume V* - Documento 183
- ²⁶ BRÁSIO, Padre António - *Monumenta Missionaria Africana - Volume V* - Documento 184